

UMA DEFENSORIA PÚBLICA  
MAIS FORTE, SE FAZ COM  
**EXPERIÊNCIA,  
TRABALHO E UNIÃO.**



---

**ARRUDA**  
MELHOR PARA TODOS

# CARTA ABERTA AOS (AS) DEFENSORES (AS) PÚBLICOS (AS) DO PARÁ

---

*Nobres colegas, Defensores e Defensoras,*

Uma nova eleição para o cargo de Defensor Público Geral se avizinha e a escolha do futuro dirigente da nossa Instituição se reveste de especial importância, tanto pelo cenário econômico nacional quanto pelo contexto orçamentário da Defensoria do Pará.

A constante expansão do Órgão, com o esforço dos Defensores e servidores para a ampliação das atividades e atuação no interior do Estado não teve o devido reflexo em nosso orçamento trazendo ao novo gestor o desafio de mudar esta realidade.

Inovações internas e iniciativas criativas serão necessárias a fim de evitar a estagnação da Instituição. Desta forma, racionalizar recursos humanos e materiais, e alavancar novas fontes de receitas – seja por intermédio do fortalecimento do FUNDEP, seja por meio de convênios, parcerias e financiamentos – serão metas prioritárias, sem descuidar do aumento de nosso percentual orçamentário.

Em 2012 lançamos a semente de uma gestão que tinha como slogan “União, Participação e Transparência”, valores que incorporamos e construímos como pilares em nossa vida no serviço público por entender que não se fortalece nem se constrói nada sem a união e a participação de todos e sem que haja clareza e publicidade na atuação administrativa.

Embalados pela necessidade de mudança e compromisso em cooperar com uma Defensoria cada vez melhor aceitamos o convite para participar da gestão em 2013, não por um interesse financeiro individual – restringido pelo redutor constitucional – ou ambição pelo poder, mas pela vontade de implantar um projeto de gestão mais participativo e transparente.

Esses valores de mudança e respeito aos membros da carreira foram trazidos para a diretoria metropolitana, onde conseguimos, com a colaboração dos colegas, separar o

atendimento cível/fazenda/família da capital em atendimento inicial e acompanhamento, rompendo um paradigma e incorporando um dos modelos mais avançados de Defensoria.

Além disso, transpondo dificuldades administrativas, conseguimos instalar a nova Central de Atendimento, destinando para cada Defensor um gabinete, acabando com o sistema de rodízio, numa demonstração de respeito merecido para o Defensor na atividade-fim.

Atitudes como estas revelam que não temos nenhum compromisso com o continuísmo, senão com uma Defensoria forte, consolidada e em permanente crescimento, pois acreditamos que a mudança é a única constante, seja em nossa vida institucional ou pessoal.

Estamos trabalhando um Projeto de Gestão para o biênio 2016-2018, considerando o cenário econômico, financeiro e político atual, para com segurança avançarmos no cumprimento de nossa missão constitucional.

Assim, submetemos o nosso nome ao crivo dos membros da carreira, convidando, desde já, a todos a participarem com suas sugestões para a construção de um projeto exequível e a altura de nossa Instituição.

Assumimos o compromisso de empregarmos toda a nossa experiência, trabalho e dedicação, para fazer o “MELHOR PARA TODOS”.



# CONHEÇA MELHOR O ARRUDA



## **José Adaumir Arruda da Silva**

1. Defensor Público titular da 8ª Defensoria Pública de Execução Penal da Capital;
2. Iniciou na carreira da Defensoria Pública do Estado do Pará em 2007 na Comarca de Jacundá, atuando ainda nas Comarcas de Abaetetuba, Mocajuba, Baião, Acará, Tailândia, Tucuruí, Altamira, Santarém, Igarapé-Miri, Mojú, Limoeiro do Ajurú e Cametá;
3. Participou da Força Nacional da Defensoria em Execução Penal/MJ em Pernambuco e Santa Catarina;
4. Participou do Projeto “Defensoria sem Fronteiras”, no Maranhão e Pernambuco, com a incumbência de inspecionar o Complexo de Pedrinhas (MA) e o Complexo do Curado (PE);
5. Exerceu o cargo de:
  - Coordenador do Núcleo Regional do Tocantins, com sede em Abaetetuba;
  - Coordenador da Central de Execução Penal, em Belém;
  - Diretor Metropolitano.
6. Atualmente Subdefensor Público-Geral;
7. Presidente do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária do Pará - CEPCP/PA;
8. Membro do Conselho Penitenciário do Pará;
9. Membro do Grupo Técnico de Justiça Criminal da Câmara Executiva do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ;
10. Mestre em Direito pela UFFA;
11. Membro da ENASP/MJ - Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública;
12. Professor do curso de pós-graduação em ciências criminais do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA;
13. Professor do curso de pós-graduação em ciências criminais da Universidade da Amazônia - UNAMA;
14. Exerceu a função de Coordenador Geral da Comissão de Execução Penal do CONDEGE;
15. Coautor da obra “Execução Penal: novos rumos, novos paradigmas”;
16. Autor da obra “A Privatização de Presídios e sua (In) compatibilidade com o Estado Democrático de Direito: A ressocialização Irrefletida”, em fase de publicação pela Editora Revan;
17. Especialista em Direito Administrativo, pela ESA/UFFA;
18. Palestrante no II Fórum Internacional de Criminologia de Língua Portuguesa - Belém (2015);
19. Palestrante no Encontro Estadual de Defensores Públicos Criminal e de Execução Penal, em Salvador Bahia (2015);
20. Palestrante em vários seminários e eventos jurídicos no Brasil e professor no Curso Prático de Execução Penal para Defensorias Públicas, já ministrado nas Defensorias do Pará, Ceará, Amazonas, Pernambuco, Paraná, Rondônia e Minas Gerais.

# **PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO ARRUDA**

---

## **COMO COORDENADOR DA REGIONAL DO TOCANTINS**

1. Proposição e alteração de Comarcas integrantes do Núcleo a fim de facilitar atuação e otimizar recursos humanos e financeiros;
2. Exercício da Coordenação sempre em cumulação com a atividade-fim na própria sede da Regional e em itinerâncias;
3. Atuação em todas as comarcas da regional com vivência prática das condições de trabalho enfrentadas pelo Defensor.

## **COMO COORDENADOR DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL**

1. Aprovação pelo Ministério da Justiça/PRONASCI do Convênio do Núcleo Itinerante de Execução Penal, na região metropolitana de Belém;
2. Participação ativa da Central no Mutirão do CNJ em 2010;
3. Ampliação do número de estabelecimentos prisionais atendidos pela Defensoria Pública na Região Metropolitana;
4. Fortalecimento, com a participação de todos os Defensores do Núcleo, da atuação da Defensoria Pública na Execução Penal no Estado;
5. Mudança da Central de Execução Penal do antigo prédio do Nacri, para instalações próximas ao prédio sede, garantido mais estrutura e conforto para o trabalho dos Defensores, servidores, estagiários e assistidos, na época;
6. Modernização do parque de equipamentos de informática e novos veículos para Central de Execução, por intermédio do Convênio com o PRONASCI;
7. Distribuição para cada Defensor Público de referência na Execução Penal do interior um netbook, além de uma impressora para Abaetetuba, Cametá, Tucuruí, Paragominas, Marabá e Santarém (tudo pelo Convênio), em solenidade realizada no auditório do prédio sede;
8. Proposição e aprovação de PEC pela prerrogativa de foro para o Defensor Público.

## **COMO DIRETOR METROPOLITANO**

1. Criação da Comissão de estudos de atuação Cível na Capital, com ampliação dos cargos e separação do atendimento inicial do acompanhamento;
2. Criação da Comissão de estudos de atuação Criminal na Capital, com redimensionamento dos cargos e redefinição de atribuições;
3. Criação do Projeto Canal Direto, já implantado;
4. Criação do Projeto "EXTRAPEN" – Extrato de Pena, juntamente com membros do Núcleo de Execução e Departamento de Informática, em implantação;
5. Ocupação programada da nova Central de Atendimento (prédio novo);
6. Implantação da Escala Semestral de Plantão Criminal, com servidor e motorista (não tinha servidor);
7. Inauguração da Nova sede de Icoaraci;

8. Regularização da atuação em Santa Isabel, Benevides e Marituba;
9. Resolução da questão sobre a Curadoria de Ausentes (antes com milhares de processos pendentes, os quais passamos a distribuir a todos os Defensores);
10. Criação do Manual de Procedimentos Disciplinares em parceria com a Susipe;
11. Criação do Projeto Força Estadual de Execução Penal em parceria com Diretoria do Interior;
12. Participação no Projeto Defensoria Sem Fronteiras nos Estados do Maranhão e Pernambuco;
13. Campanha de Valorização da DP – Mutirão conjunto em toda metropolitana 25.04.15;
14. TJ Corregedoria – recomendação para início das audiências no horário e determinação de vista pessoal dos autos;
15. Campanha para atualização cadastral na área cível, evitando centenas de arquivamentos;
16. Construção de Procedimento Operacional Padrão – POP em junho de 2015;
17. Realização de pesquisa de satisfação com todos os Defensores em atuação na Região Metropolitana de Belém.

### **COMO SUBDEFENSOR GERAL**

1. Criação do Comitê de Contingenciamento que, já em 2015, proporcionou economia importante e com portaria renovada para este ano (cuja cultura implantada até fevereiro deste ano já reduziu as despesas em mais de 1 milhão de reais, observada a média mensal de gastos com o custeio da máquina);
2. Criação do Comitê de Captação que trouxe o incremento de mais de 60% no último trimestre de 2015 na arrecadação pelo FUNDEP;
3. Proposta de PL apresentado pelo Defensor Público Geral que altera as regras do FUNDEP e traz outras alterações importantes para a nossa LC54/2006;
4. Portaria de Contingenciamento;
5. Orador na Sessão Especial em 20.10.15 na Alepa sobre orçamento da Defensoria;
6. Reunião com o Governador sobre o orçamento da Defensoria;
7. Reunião com Sead sobre PCCR e Folha de pagamento da Defensoria Pública;
8. Visitas institucionais para democratizar informações e ouvir as demandas, em Tucuruí, Abaetetuba, Castanhal, Capanema, Redenção, Marabá, Parauapebas, Santarém e Paragominas;
9. Visitas institucionais para democratizar informações e ouvir as demandas, na Entrância Especial, Ananindeua, Icoaraci, Cível/Fazenda Acompanhamento e Naeca;
10. Mutirão Natal com Cidadania;
11. Convênio para participar do Projeto “Audiência de Custódia”, inclusive realizando a primeira no Estado;
12. Participação no Projeto Defensoria no Cárcere – MJ;
13. Proposição e aprovação pelo CSDP da Resolução de suspeição do Defensor Público;
14. Proposição e aprovação pelo CSDP da Resolução de afastamento para estudo.

# PROPOSTA DE GESTÃO ARRUDA DPG – 2016/2018

## “MELHOR PARA TODOS”

É com grande entusiasmo que apresentamos a proposta de Gestão para o próximo biênio de nossa Instituição. Procuramos trazer mudanças em todas as principais vertentes de trabalho da Administração Superior, nos aspectos políticos, administrativos e institucionais. Para a elaboração do projeto houve a análise dos cenários externos e internos, experiências exitosas e também as dificuldades vivenciadas na DPPA e em órgãos diversos, adaptando-as com os nossos interesses enquanto Instituição de Estado e carreira destinada à defesa daqueles que se encontrem em estado de vulnerabilidade.

A mudança com experiência, visando a implementação de novas estratégias e um novo modelo de administração para a Defensoria Pública do Estado do Pará, deve atender e respeitar as necessidades dos Defensores, Servidores e, principalmente, dos assistidos.

Desta forma, entendemos que qualquer proposta para se tornar exitosa deve estar aberta a aprimoramentos. A colaboração especial de cada Defensor Público, antes e durante todo biênio, fará do projeto um exercício transparente, dinâmico, eficiente, democrático e otimizado. Enfim, buscamos o MELHOR PARA TODOS!

### PRINCÍPIOS

Balizados pelos princípios constitucionais e infraconstitucionais prezaremos por uma gestão participativa e voltada para os resultados, com o fortalecimento das relações políticas com os Poderes e demais órgãos constitucionais autônomos, em especial com a sociedade civil organizada, tudo voltado ao alcance da missão constitucional da Defensoria Pública.

Com efeito, observando a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normativas pertinentes, realizar os ajustes, bem como executar ações necessárias para a Instituição, sempre compatíveis com a viabilidade financeira e orçamentária, em um biênio que voltaremos nossos esforços para a organização e crescimento institucionais, e para isso inicialmente propomos:

### 1. ORGANIZAÇÃO:

#### 1.1. Organização Institucional

- 1.1.1. Permanente movimentação na Carreira (remoções e promoções);
- 1.1.2. Fortalecimento de soluções extrajudiciais a fim de valorizar a Instituição;
- 1.1.3. Expandir o conhecimento e aplicação do Planejamento Estratégico como ferramenta de trabalho para todos os Membros da Instituição;
- 1.1.4. Valorização da carreira em simetria com as demais que integram o sistema de Justiça;
- 1.1.5. Adequação do valor da diária e do auxílio alimentação, bem como implementação do pagamento de acumulação aos Defensores Públicos em atuação em mais de uma Defensoria;
- 1.1.6. Reestruturação do Núcleo de Defensorias Públicas Agrárias, bem como o fortalecimento da atuação dos Núcleos Especializados no interior;
- 1.1.7. Renovação do parque de informática de toda Defensoria Pública, estabelecimento de contratos regionalizados de acesso à internet e manutenção de equipamentos.

#### 1.2. Organização Política

- 1.2.1. Promover alterações normativas internas e legislativas necessárias ao fortalecimento, aprimoramento e crescimento Institucional, ouvindo toda a carreira;
- 1.2.2. Proposição legislativa de conversão em pecúnia de férias e licença prêmio;
- 1.2.3. Projeto de Lei de Alteração da LC 54/06, para reorganizar a carreira de Defensor Público em classes, permitindo a promoção desvinculada de entrância, o que vai regularizar a situação de muitos colegas e permitir a promoção daqueles que não querem sair de suas atuais titularidades. Melhor para o Defensor que pode ser promovido sem sair de onde está, melhor para o assistido porque mantém o Defensor no interior, melhor para todos. Bom ressaltar que a alteração legislativa não implica em qualquer aumento de despesas para a instituição;
- 1.2.4. Apoio as ações de Estado que visem o combate a desigualdades sociais.

#### 1.3. Organização Administrativa

- 1.3.1. Iniciar um novo ciclo de planejamento estratégico para o biênio 2016/2018, com a participação de todos os membros da Instituição;
- 1.3.2. Promoção de cursos, seminários e eventos de capacitação, com regionalização sempre que necessário, bem como transmissão por videoconferência, gravação e encaminhamento para os Núcleos do Interior;
- 1.3.3. Assinatura de revistas e periódicos jurídicos para os Defensores Públicos;
- 1.3.4. Formação de grupos temáticos de estudo em todas as áreas de atuação da Instituição;
- 1.3.5. Promover a valorização dos servidores;

- 1.3.6. Implantação de programa de qualidade na Defensoria, tanto para plena satisfação e motivação organizacional, quanto para a excelência na prestação da assistência jurídica;
- 1.3.7. Criação de um novo sistema de acompanhamento de processos (SCPJ), e adoção de sistemas de “protocolo eletrônico” com virtualização documental e de procedimentos. Além de promover a adoção de aplicativos para celular (consumerização);
- 1.3.8. Reorganização e normatização do sistema de plantões com alterações legislativas necessárias para a sua remuneração ou compensação;
- 1.3.9. Reestruturação de setores administrativos da Instituição, como assessoria de comunicação social, perícia, transporte e outros conforme a necessidade;
- 1.3.10. Reorganização de setores estratégicos, como Entrância Especial, Corregedoria e 129;
- 1.3.11. Planejamento para atuação da Defensoria Pública no interior do Estado, priorizando a cobertura dos territórios de interesse para o desenvolvimento integrado do Pará;
- 1.3.12. Destaque de um servidor para recebimento de reclamações e providências administrativas imediatas na Nova Central de Atendimento;
- 1.3.13. Apoio e incentivo aos projetos e práticas exitosas dos Defensores Públicos;
- 1.3.14. Criação de almoxarifados regionalizados no interior;
- 1.3.15. Criação do Núcleo Regionalizado de Parauapebas;
- 1.3.16. Organização dos procedimentos licitatórios da instituição em escala estadual por lotes regionais, respeitando as realidades do mercado local e necessidades de cada núcleo;
- 1.3.17. Fixação da atribuição de todas as Defensorias Públicas do estado.

## **2. CRESCIMENTO:**

### **2.1. Crescimento Institucional**

- 2.1.1. Aprimoramento das estruturas organizacionais de toda Defensoria Pública, priorizando o Interior e as estruturas mais deficientes da Região Metropolitana, conforme critérios previamente estabelecidos;
- 2.1.2. Criação de Núcleo da Defensoria Pública na Assembleia Legislativa;
- 2.1.3. Realização de concurso público de servidores regionalizado;
- 2.1.4. Reestruturação e reorganização administrativa do setor de Tecnologia da Informação e de Comunicação, com adequação de local de trabalho, equipamentos e de pessoal;
- 2.1.5. Fortalecimento do FUNDEP (Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública);
- 2.1.6. Criação da Central de Apoio ao Defensor Público;
- 2.1.7. Nomeação de novos Defensores Públicos;
- 2.1.8. Incentivo a participação em cursos de especialização, mestrado e doutorado, observadas as normas vigentes;
- 2.1.9. Criação de representação em Brasília;
- 2.1.10. Construção das novas sedes de Abaetetuba, Castanhal, Icoaraci, Marabá, Paragominas e Parauapebas;
- 2.1.11. Renovação da frota de veículos da Defensoria Pública;
- 2.1.12. Nomeação de Assessores para todos os núcleos regionais, assim como para núcleos da região metropolitana;
- 2.1.13. Criação de Gabinete Militar na Defensoria Pública;
- 2.1.14. Modernização da Entrância Especial da Defensoria Pública.

### **2.2. Crescimento Político**

- 2.2.1. Incentivo a participação nas comissões temáticas do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais;
- 2.2.2. Trabalhar, dentro do período de mandato, a máxima efetivação de nomeações de novos Defensores, a fim de atender os termos da Emenda Constitucional 80/2014;
- 2.2.3. Trabalhar ativamente para aprovação da PEC 487 e demais propostas legislativas que visem assegurar as garantias necessárias ao crescimento de todas as Defensorias;
- 2.2.4. Incentivo a participação em Conselhos em nível federal, estadual e municipal.

### **2.3. Crescimento Administrativo**

- 2.3.1. Cumprimento integral das leis de transparência e acesso a informação;
- 2.3.2. Criação da Ouvidoria da Defensoria Pública;
- 2.3.3. Implantação do Gabinete Itinerante;
- 2.3.4. Trabalho permanente para incremento do percentual orçamentário e captação de recursos por outras fontes;
- 2.3.5. Reestruturação, reordenamento e racionalização dos cargos de DAS;
- 2.3.6. Criação de Departamento Médico e Assistencial da Defensoria Pública;
- 2.3.7. Implantação da folha de pagamento pela própria Defensoria Pública.

---

NO DIA 13 DE MAIO  
VAMOS VOTAR  
EM UMA DEFENSORIA  
PÚBLICA MELHOR  
PARA TODOS.

---

**VOTE**  
**ARRUDA**

VISITE NOSSA PÁGINA NO FACEBOOK  
E VAMOS JUNTOS FAZER UMA DEFENSORIA PÚBLICA MAIS FORTE

